

Governo precisa dar primeiro passo com cortes, diz Renan

Presidente do Senado afirma que Congresso vai aperfeiçoar as medidas do pacote econômico anunciado ontem pelo Executivo para economia de gastos

Adiamento do reajuste de servidores, suspensão de concursos, fim do abono-permanência e recriação da CPMF estão entre as medidas anunciadas ontem pelo governo para enfrentar a crise. O presidente do Senado apoiou a contenção de gastos, mas ressaltou que as iniciativas podem ser melhoradas durante a análise no Congresso.

O pacote foi bem avaliado pela presidente da Comissão Mista de Orçamento, senadora Rose de Freitas, mas recebeu críticas de senadores tanto da oposição, como Ronaldo Caiado, quanto de aliados do governo, como Lindbergh Farias. **3**

Em entrevista no Congresso, Renan afirma que o governo está querendo vencer o imobilismo



Jonas Pereira/Agência Senado

Avanço da banda larga 4G está entre os desafios da Anatel **6**

Senadores destacam riqueza em minérios do Amapá **8**

Agenda Brasil e MPs são prioridades do Plenário **3**

Para juiz, fraude em cota deve estar no Código Penal

Gerardo Mangel/Agência Senado



Em audiência no Senado, o desembargador Paulo Sergio Rangel, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, afirmou que brancos que se declararem negros para entrar nas cotas raciais de concursos públicos e vestibulares deveriam ser submetidos a penas mais duras. **7**

O desembargador Paulo Rangel (D) participa da audiência, conduzida pelo senador Paulo Paim (C)

Conselho defende sigilo de jornalistas

O Conselho de Comunicação Social do Congresso defendeu o sigilo da fonte jornalística. O órgão criticou liminar do STF que manteve autorização para quebra do sigilo telefônico do jornal paulista *Diário da Região*. **2**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Miguel Ângelo Cançado e Nascimento Silva em reunião do CCS

especial Cidadania



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Apesar de estarem em lados diferentes, Marcos e Rogério têm visões parecidas

Polêmica sobre o Uber pode ser superada com projeto de lei

Autor de proposta sobre o serviço, o senador Ricardo Ferraço avalia que não regulamentar o Uber é ir contra o direito de escolha

do cidadão. Para ouvir todos os setores, a senadora Ana Amélia pediu debate sobre o tema, previsto para ocorrer em outubro. **4 e 5**

Campanha por mulheres na política chega a Tefé **2**

Comissão vota projeto que beneficia servidor público **7**

País teria R\$ 43 bi ao ano com imposto sobre lucro

Pesquisa do Ipea revela que o fim da isenção para donos e acionistas de empresas no recebimento de lucros e dividendos significaria aumento de R\$ 43 bilhões por ano. Segundo os pesquisadores, a isenção é injusta com quem recebe salário e desconta até R\$ 27,5% na fonte. **3**

Arranjos societários de aéreas recebem críticas

As empresas aéreas vêm recorrendo a arranjos societários para, na prática, ampliar a capitalização externa além do limite legal, segundo Fernando Vieira, da Comissão de Valores Mobiliários. Ele falou ontem aos especialistas da comissão do Código Brasileiro de Aeronáutica. **8**

Conselho de Comunicação defende sigilo da fonte

Órgão auxiliar do Congresso é contra decisão liminar do STF que permite quebra de sigilo telefônico de jornal e de repórter a fim de revelar fontes de reportagem sobre investigação de fiscais do Trabalho



Vice-presidente do conselho, Ronaldo Lemos, e presidente, Miguel Ângelo Cançado, coordenam reunião que debateu tema

O CONSELHO DE Comunicação Social do Congresso (CCS) defendeu ontem o sigilo da fonte jornalística. A decisão tem em vista liminar recente do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli, que manteve determinação de quebra de sigilo telefônico do jornalista Allan de Abreu Aio e do jornal *Diário da Região*, de São José do Rio Preto (SP), por ordem do juiz Dasser Lettière Júnior. O vice-presidente do conselho, Ronaldo Lemos, elaborará nota sobre a decisão, que será divulgada em 48 horas. A manifestação do CCS foi sugerida pelo conselheiro Fernando Cesar Mesquita, para quem a decisão de Dias Toffoli pode virar uma “questão grave para a liberdade de imprensa”. O conselheiro Carlos Schröder avaliou que a decisão favorece “a privatização de um bem público, que é a comunicação”, enquanto o conselheiro Walter Ceneviva disse que a decisão “praticamente acaba com o sigilo da fonte jornalística”.

A decisão questionada determinava que operadoras de telefonia informassem detalhes telefônicos do *Diário da Região* e do jornalista Allan de Abreu. O objetivo era descobrir as fontes de reportagens sobre operação da Polícia Federal deflagrada em 2011 contra fiscais do Ministério do Trabalho suspeitos de exigir propina para anular multas trabalhistas aplicadas a empresas da região. A quebra de sigilo foi pedida pela PF e pelo Ministério Público Federal. No último recesso do Judiciário, o presidente do STF, Ricardo Lewandowski, suspendeu a decisão, a fim de resguardar “uma das mais importantes garantias constitucionais, a liberdade de imprensa, e, reflexamente, a própria democracia”.

Exame de projetos

Na mesma reunião, ficou decidido que 285 projetos relacionados ao tema de comunicação serão examinados pelas cinco comissões

temáticas do conselho. Há 77 projetos no Senado e 215 na Câmara, muitos em tramitação há mais de 20 anos. A ideia é selecionar as propostas a partir das demandas atuais das duas Casas do Congresso.

Fernando Cesar Mesquita sugeriu que as comissões apontem os projetos a partir das prioridades estabelecidas no capítulo sobre comunicação social da Constituição. Ele também cobrou a regulamentação de dispositivos dos artigos 220 a 224 do mesmo capítulo, como forma de aperfeiçoar o trabalho do setor.

O CCS aprovou ainda audiência pública, em data a ser definida, para debater projeto do deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que obriga a remoção de links dos mecanismos de busca da internet que façam referência a dados irrelevantes ou defasados sobre a pessoa envolvida. Também deve ser debatido projeto que tipifica o ato de fotografar e filmar sem autorização.

Campanha Mais Mulheres na Política é lançada em Tefé

A campanha Mais Mulheres na Política, da bancada feminina do Congresso, já chegou a todas as regiões do país e sexta-feira foi recebida em Tefé (AM).

A procuradora da Mulher do Senado, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), explicou a estratégia de senadoras e deputadas para acompanhar a tramitação da PEC da Mulher (PEC 98/2015), aprovada em dois turnos no Plenário do Senado. A proposta reserva vagas de forma escalonada para cada gênero nos três níveis do Parlamento. O texto foi encaminhado à Câmara.

— As mulheres são mais da

metade da população e não podem ficar à margem da formulação das leis — afirmou Vanessa.

Mais de 350 pessoas, em sua maioria mulheres, lotaram o pátio da Escola Municipal Wenceslau de Queiroz, entoando palavras de ordem em favor de mais mulheres na política. Estavam presentes líderes políticas e representantes das comunidades Flona e Caiambé.

A prefeita em exercício de Tefé, município a 523 quilômetros da capital, Maria Gean Celani, participou do ato, apoiado pelos conselhos estadual e municipal dos Direitos da Mulher, pela Universidade do Estado do

Amazonas (UEA), e pela União Brasileira de Mulheres (UBM).

O Amazonas é o único estado com duas senadoras, Vanessa e Sandra Braga (PMDB). Na Câmara dos Deputados, a bancada conta com apenas uma parlamentar, Conceição Sampaio (PPS). Na assembleia legislativa, há uma deputada, Alessandra Campêlo (PCdoB), e, dos 61 municípios do estado, 6 são dirigidos por mulher.

Já nas câmaras municipais, das 708 cadeiras, 79 são ocupadas por vereadoras. Na Câmara de Tefé, dos 15 parlamentares, são apenas duas mulheres, Professora Erica (PSC) e Ivone (PP).

Reforma política é tema de debate do Interlegis em Minas

Voto distrital, financiamento de campanha e transparência no Legislativo foram alguns dos temas debatidos ontem pelo Programa Interlegis em Tiradentes (MG), com representantes de 15 câmaras de vereadores da região do Campo das Vertentes e de outras dez prefeituras.

O encontro, com cursos de formação do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), foi solicitado por Antonio Anastasia (PSDB-MG). Segundo o senador, o sistema federativo foi implementado no Brasil com distorções.

— Há um vício de concentração no Brasil. O uso do cachimbo deixa a boca torta. Temos ainda arraigado o saudosismo imperial de um governo central forte.

Para Anastasia, apesar das qualidades e dos avanços, a Constituição de 1988 não conseguiu devolver autonomia aos entes federados.

— Não revertermos a centralização de tributos. Hoje dois terços de tudo o que se arrecada fica com a União e o restante é dividido entre

estados e municípios — disse.

Segundo o senador, a centralização burocratiza a administração e prejudica o barateamento dos serviços públicos. Com uma Federação forte, as obras serão mais baratas, mais rápidas e mais eficientes, porque cada ente sabe identificar a solução para os problemas que demanda.

Anastasia acredita que o momento de crise favorece a mudança. O quadro só poderá ser transformado, no entanto, se o país recuperar a confiança e a legitimidade.

— É um momento de oportunidade para fazermos renascer a força da nossa Federação, para combatermos desvios, por meio de políticas públicas com base em eficiência e em racionalidade.

Participaram do debate o consultor do Senado Arlindo Fernandes de Oliveira e Francisco Biondo, do Interlegis. No evento, foi instalada a Escola do Legislativo de Tiradentes, com a presença do presidente da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas, Florian Madrugá.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



CCT Direito do consumidor

9h Na pauta, projeto que facilita a identificação de anunciantes e de quem oferta bens e serviços.

CMA Proteção a animais

9h30 Análise de projeto que inclui a proteção de animais entre as prioridades da educação ambiental.

CAE Política econômica

10h Audiência sobre perspectivas da política monetária. Participa o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini.

CE Direção da Ancine

11h Sabatina indicada para a direção da Ancine. Depois, análise de projeto sobre gratuidade de ingresso em museus.

CONGRESSO Sessão solene

11h Sessão para promulgação das Emendas Constitucionais 89 e 90, de 2015.

PRESIDÊNCIA Emendas constitucionais

11h Renan Calheiros preside a sessão do Congresso. Às 15h30, recebe o governador de Mato Grosso e o vice-governador de Goiás. Às 16h, preside a ordem do dia.

CMO Orçamento 2016

13h Reunião do colegiado de líderes da comissão para tratar da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2016. Às 14h, apreciação de relatórios apresentados ao Orçamento.

PLENÁRIO Medidas provisórias

14h A pauta está trancada por duas MPs: uma beneficia vítimas de desastres naturais e a outra aumenta a CSLL de bancos.

AGENDA BRASIL Reunião

14h30 A Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional tem reunião de trabalho.

MP 676/2015 Planos de previdência

14h30 A comissão que analisa a MP 676, sobre planos da previdência social, aprecia relatório.

MERCOSUL Paraguai

15h30 O presidente da Representação Brasileira no Parlasul, Roberto Requião, se reúne com integrantes da Fundação Dende, do Paraguai.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa> • **Alô Senado:** 0800 612211
Acompanhe: • **Portal e-Cidadania:** senado.leg.br/ecidadania
• **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter:** [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado) • **TV:** senado.leg.br/TV

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das **10h**, **audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Renan: Congresso vai aperfeiçoar medidas

Presidente do Senado garantiu que o pacote econômico anunciado ontem será analisado detalhadamente pelos parlamentares, mas que o governo precisa antes fazer os cortes

APÓS O ANÚNCIO do pacote econômico do governo federal, ontem, o presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que as medidas anunciadas contêm cortes significativos. Ele afirmou que o Congresso vai analisar uma a uma todas as propostas e aperfeiçoá-las, mas avisou que o primeiro passo tem de ser dado pelo Executivo, que precisa cumprir os cortes na máquina pública e a economia de gastos prometidos.

— O governo, sem dúvida nenhuma, demonstra que está querendo vencer o imobilismo, que está recuperando sua capacidade de iniciativa. Anuncia um corte significativo, isso é bom. Todas as medidas que passam pelo Congresso são melhoradas — afirmou.

A presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), Rose de Freitas (PMDB-ES), também avaliou positivamente o anúncio, mas observou que “outras atitudes em paralelo podem ajudar o Brasil”.

— As medidas estão vindo

na ordem certa. Primeiro com os cortes dos gastos que deveriam fazer e, em segundo lugar, oferecendo receitas para que possam superar este momento tão difícil. Lá atrás nós já falávamos do Orçamento realista e agora temos um Brasil realista que precisa ser ajustado. Há muitas coisas que temos que analisar, mas todas elas decorrem da necessidade de ajustar a economia — afirmou Rose.

Entre as medidas anunciadas pelo Executivo, estão o adiamento do reajuste de servidores, a suspensão de concursos, o fim do abono-permanência, a redução do gasto com custeio administrativo e a recriação da CPMF vinculada à Previdência Social, com alíquota de 0,20% (a antiga era 0,38%).

— O governo não pode ter dúvida em relação aos cortes de ministérios e de cargos em comissão. Essa é uma preliminar para que possamos discutir qualquer aumento de receita. Aqui no Senado, no primeiro biênio, devolvemos mais de



Jonas Pereira/Agência Senado

Para Renan, cortes de ministérios e de cargos em comissão são “preliminares”

R\$ 400 milhões, o que significa que dá sempre para cortar despesas, garantir a transparência e buscar a eficiência do gasto público — disse Renan.

Para o líder do DEM, Ronaldo Caiado (GO), o anúncio de aumento de impostos ou criação de novos será um “grande impulso para o impeachment”

da presidente Dilma Rousseff. “É a pá de cal no governo do PT. Dilma repassa a conta do desastre de seu governo para o brasileiro. Vamos fazer ampla frente ao lado da população contra recriação da CPMF. Dilma faz jogo de cena, não faz um corte significativo de ministérios nem cargos de apa-

drinhados”, escreveu Caiado no Twitter.

Distanciamento

Mesmo integrando a base do governo, Lindbergh Farias (PT-RJ) criticou o pacote, por entender que os cortes atingirão áreas de suma importância para o país.

— Estamos cortando R\$ 3,8 bi da saúde. A economia está desacelerando. Estamos em recessão, então cortar investimentos é criminoso. Vai aprofundar a crise econômica e não vai resolver o problema da dívida. Estamos novamente penalizando os servidores públicos e não estamos entrando na grande questão — afirmou.

Para Lindbergh, a política do governo de aumento da taxa básica de juros da economia também está errada. O senador acredita que cortes em programas sociais, por exemplo, vão acabar distanciando ainda mais a presidente Dilma dos movimentos sociais e da população.

Duas MPs e Agenda Brasil estão na pauta do Plenário

Medidas provisórias e projetos da Agenda Brasil estão entre as prioridades na pauta do Plenário desta semana.

A MP 674/2015, que abriu crédito extraordinário de R\$ 904,75 milhões em atendimento a vítimas de desastres naturais, se não for aprovada, perde a validade amanhã. Já a MP 675/2015, que elevou de 15% para 20% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de instituições financeiras, vence na sexta-feira.

O líder do governo, Delcídio do Amaral (PT-MS), afirmou que a pauta tem “várias matérias polêmicas e importantes, que podem fazer o Senado responder ao momento que a economia brasileira enfrenta”.

Outra matéria em pauta é o PLS 501/2013 — Complementar, que explicita a incidência do ISS nos serviços de monitoramento e rastreamento de veículos, independentemente de a infraestrutura de telecomunicações pertencer ou não à empresa.

Matérias relacionadas com a Agenda Brasil — conjunto de medidas para ajudar a economia do país a crescer, reunidas pelo presidente do Senado, Renan Calheiros — também constam da pauta. O PLS 555/2015, conhecido como a Lei Geral das Estatais, deve ser o primeiro a ser votado na semana.

O projeto que trata da repatriação de recursos do exterior (PLS 298/2015) foi retirado de

tramitação, pois uma proposta de iniciativa do Executivo com o mesmo teor foi apresentada na Câmara, após acerto com os parlamentares.

Ainda da Agenda Brasil, constam da pauta as Propostas de Emenda à Constituição 33/2014 e 24/2012.

A PEC 33 inclui a segurança pública como uma das obrigações de competência comum entre União, estados, Distrito Federal e municípios. De Ricardo Ferraço (PMDB-ES), a proposta está pronta para votação em primeiro turno.

Já a PEC 24/2012, de João Capiberibe (PSB-AP), institui o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública. A proposta consta da pauta para contar prazo de discussão.

Alexandre Tombini explicará mudanças na política econômica

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ouvirá hoje, a partir das 10h, o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini.

O requerimento para a realização da audiência é de Ricardo Ferraço (PMDB-ES). Ele acredita que a presença da autoridade monetária será fundamental para esclarecer ao país e ao Senado o novo momento, marcado por recessão e incertezas quanto à retomada do crescimento econômico.

Esse cenário é agravado, segundo o senador, pelo grande déficit nas contas públicas, o que contribui, disse ele, para o ambiente recessivo

ao forçar o governo a cortar investimentos, aumentar as taxas de juros e ainda discutir o aumento de impostos.

O senador solicita esclarecimentos sobre recentes denúncias de formação de cartel para manipulação da taxa de câmbio no Brasil. Também participará da audiência o diretor de Política Monetária do Banco Central, Aldo Luiz Mendes.

Na quinta-feira, também às 10h, a CAE terá audiência pública onde serão debatidas as políticas a serem adotadas pelo governo num cenário de pós-ajuste fiscal. O requerimento para o debate é de Telmário Mota (PDT-RR).

Imposto sobre lucros geraria R\$ 43 bi ao ano, segundo estudo

Mais de R\$ 43 bilhões poderiam ser arrecadados anualmente com imposto de 15% sobre lucros e dividendos recebidos por donos e acionistas de empresas. A estimativa é dos pesquisadores Sérgio Gobetti e Rodrigo Oair, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que ontem participaram de audiência pública da Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional.

Até 1995, havia a tributação sobre dividendos no Brasil. A justificativa para a isenção foi evitar que o lucro já tributado na empresa fosse novamente



Sérgio Gobetti critica a tributação atual, ao lado de Lindbergh e Rodrigo Oair

taxado quando se convertesse em renda pessoal.

— Pior do que pagar imposto é olhar para o andar de cima e ver que lá se paga menos —

afirmou Gobetti.

Os dados mostram que os 71.440 super-ricos do Brasil (pessoas que ganham mais de R\$ 1,3 milhão anuais) decla-

raram renda média de R\$ 4,2 milhões e pagaram 6,7%, contra 11,8% pagos por quem ganha entre R\$ 162,7 mil e R\$ 325,4 mil.

O presidente da subcomissão, Lindbergh Farias (PT-RJ), lembrou que só Brasil e Estônia isentam totalmente dividendos. Para ele, isso gera distorções porque trabalhadores são submetidos à tabela do Imposto de Renda, mas empresários não pagam nada.

— Um servidor público que ganha R\$ 5 mil paga imposto de renda de 27,5%. Um grande empresário que recebe R\$ 300 mil como distribuição de lucros e dividendos não paga nada.

O senador é autor do PLS 588/2015, que prevê Imposto sobre a Renda Retido na Fonte com alíquota de 15% sobre a distribuição de lucros e dividendos a pessoas físicas e jurídicas. A isenção seria mantida para empresários com empresas inscritas no Simples.

Para os pesquisadores, novas alíquotas de Imposto de Renda de até 45%, em discussão pelo governo, não corrigiriam a distorção, pois só incidiriam sobre salários. Uma justiça tributária só viria se as novas faixas viessem associadas a dividendos, dizem. Eles também criticaram uma volta da CPMF.

Senado pode estabelecer regras para o funcionamento do Uber

Ricardo Ferraço apresenta proposta para regulamentar o uso do aplicativo que sofre a oposição de taxistas, mas tem a simpatia de usuários

Larissa Bortoni

A RELAÇÃO ENTRE as novas tecnologias e as leis é bem parecida com a do Papa-Léguas e o Coiote, desenho animado da Warner Bros. O lobo faz de tudo para alcançar a ave, mas nunca dá conta. No caso dos avanços tecnológicos, a legislação chega depois de o produto ou serviço estar estabelecido e, quando isso acontece, já há outra novidade. O Papa-Léguas da vez é o Uber — o serviço de transporte individual e privado de passageiros. Disponível nas cidades de Belo Horizonte, Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, o aplicativo é alvo dos taxistas.

Uma proposta para regulamentar o serviço prestado pelo Uber (PLS 530/2015) foi apresentada pelo senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES). Ele considera retrocesso a intenção de vereadores e deputados distritais, no caso de Brasília, de quererem proibir o aplicativo. Para Ferraço, em vez de sair criando caso, os agentes públicos deveriam abrir as portas para discutir o novo serviço: — Por meio do debate, o convencimento pode se fazer presente, prevalecendo o interesse maior da sociedade. Compreendendo, evidentemente, as questões colocadas por cada segmento, por cada setor.

A Câmara Municipal de São Paulo aprovou no dia 9 deste mês projeto que proíbe o Uber na cidade. O texto seguiu para sanção do prefeito Fernando Haddad (PT). Também aguarda para ser sancionado pelo prefeito Eduardo Paes (PMDB) proposta que bane o Uber e outros aplicativos de transporte particular no Rio de Janeiro. No Distrito Federal, o governador Rodrigo Rollemberg (PSB) vetou no começo de agosto projeto que impedia o Uber em Brasília. Ele argumentou que a proposta tinha vícios de inconstitucionalidade e abriu um prazo de 90 dias para debate com a sociedade.

Com o PLS 530/2015, Ferraço pretende que a regulamentação nacional de atividades como o Uber seja baseada em dois princípios: a igualdade na competição com os taxistas e o interesse do consumidor. — É preciso que a concorrência se estabeleça e que as partes possam concorrer de forma igual. Mas esse mesmo princípio precisa ser observado, na medida em que é necessário que a gente também dê liberdade de opção às pessoas para que elas utilizem o táxi, utilizem o Uber ou utilizem o meio que lhes seja considerado mais vantajoso de acordo com a sua necessidade e o seu interesse — disse.

Projeto cria exigências para o serviço de “motorista parceiro”

A proposta apresentada pelo senador Ricardo Ferraço tem o objetivo de garantir a segurança e a confiabilidade dos serviços prestados por motoristas que compartilham seus veículos a partir do acesso a redes digitais. Os condutores dos automóveis são denominados como “motoristas parceiros” e o projeto deixa claro que eles não prestam serviços de transporte público de passageiros, mas “transporte privado individual”. Devem também ser enquadrados como microempreendedores individuais ou no Simples Nacional.

Os motoristas parceiros ficam impedidos de pegar passageiros nas ruas, ao contrário dos taxistas. Além disso, precisam ter na Carteira Nacional de Habilitação (CNH) a observação de que o condutor exerce atividade remunerada. Devem também ter certidões negativas de antecedentes criminais e um tipo de seguro que cubra os clientes em caso de acidentes — o Acidentes Pessoais a Passageiros (APP).

As empresas que oferecem o serviço são tratadas no projeto como provedor de rede de compartilhamento (PRC). De acordo com o texto, os provedores devem recolher o Imposto Sobre Serviços

(ISS), nos mesmos padrões aplicados aos serviços de táxi. Apenas poderão atuar em uma região os registrados nos órgãos municipais ou distrital responsáveis pela fiscalização de trânsito. As cidades e o Distrito Federal poderão estabelecer taxa de licença anual a ser paga pelos provedores de rede de compartilhamento. A arrecadação deverá ser usada em obras e em programas de melhoria do transporte público.

Outra exigência é que, ao acessar o site ou o aplicativo, o usuário seja informado sobre quem é o motorista, inclusive com fotografia, o modelo do veículo e o número da placa.

O PLS 530/15 vai ser examinado inicialmente na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde o senador Reguffe (PDT-DF) foi escolhido como relator.

Constituição

O artigo 170 da Constituição prevê que seja “assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei”. O artigo 5º, por sua vez, diz que o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão é livre, desde que atendidas as qualificações profissionais estabelecidas pela legislação. Ricardo Ferraço argumenta que, diante do estabelecido pela lei maior do país, o poder público tem a obrigação de regulamentar as atividades.

— Se faz necessária e urgente a regulamentação de um sistema que já opera no Brasil e cuja propagação é inevitável, a exemplo do que se vê no resto do mundo. Não regulamentar esse tipo de sistema vai contra o fomento ao desenvolvimento tecnológico, o direito de escolha do cidadão, os preceitos da política de mobilidade urbana, a livre iniciativa e a urgente necessidade de se diminuir o número de automóveis em circulação no país — defende.

Para senadora e consultor, foco da discussão deve ser o consumidor

Uma manifestação de taxistas contra o Uber parou ruas importantes do centro de São Paulo na quarta-feira da semana passada. No mesmo dia, os vereadores da capital paulista aprovaram o projeto que proíbe o uso da ferramenta na cidade.

Um dia antes do protesto, a empresa que administra o Uber divulgou que o aplicativo para smartphones usado para acessar o serviço foi baixado por 500 mil brasileiros.

O embate está estabelecido não apenas no Brasil, mas em outros países. Também na semana passada, taxistas tomaram conta das ruas das principais avenidas das cidades de Portugal em protesto contra o aplicativo.

No meio dessas manifestações todas, quem cuida do usuário do serviço, ou seja, o consumidor? A senadora Ana Amélia (PP-RS) quer essa resposta. Ela propôs e acontecerá em outubro na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) uma audiência pública para tratar dos direitos à mobilidade urbana e ao trabalho em face das inovações tecnológicas.

Ana Amélia chamou para a conversa representantes dos taxistas e do aplicativo Uber, mas também do Conselho Administrativo de De-

fesa Econômica (Cade), ligado ao Ministério da Justiça, e do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec).

A senadora espera que esse diálogo possa esclarecer o que é melhor para o consumidor.

— O cidadão deve ter o direito de escolha do serviço que vai pagar. Nós temos que compreender e analisar todos esses aspectos. Os próprios taxistas talvez devam melhorar o serviço. Essa é a forma de atender bem o princípio final? O que conta num serviço prestado? Qual o interesse maior? Tem que ser o usuário do serviço ou o produto? — questiona Ana Amélia.

Para a senadora, os taxistas e os motoristas ligados ao aplicativo têm que se preocupar em oferecer serviço de qualidade e preço compatível. Mas, na opinião da senadora, nenhum dos segmentos envolvidos está considerando esse aspecto da questão.

Novos agentes

O Cade divulgou um estudo no dia 4 em que defendeu a regulação do mercado, “visto que não há elementos econômicos que justifiquem a proibição de novos prestadores de serviços de



Manifestações de taxistas contra o Uber ocorrem em grandes cidades do mundo e do Brasil onde o aplicativo já é utilizado, caso do Rio de Janeiro

transporte individual”.

O levantamento *O Mercado de Transporte Individual de Passageiros: regulação, externalidades e equilíbrio urbano* concluiu que novos agentes no mercado de transporte são positivos para o consumidor e possibilitam a concorrência.

“Elementos econômicos sugerem que, sob uma ótica concorrencial e do consumidor, a atuação de novos agentes tende a ser positiva”, informa o estudo do Cade.

Os economistas da instituição acreditam também que as mudanças trazidas pelos aplicativos vão permitir que taxistas que alugam licenças possam se transferir para o mercado de caronas pagas.

Na mesma toada está o consultor do Senado Paulo Springer, que fez uma pesquisa sobre as novas tecnologias de transporte. Para ele, banir o Uber, bem como outros aplicativos de transporte particular do Brasil, é um desserviço à população.

Springer esclareceu que os argumentos dos que defendem a proibição do serviço são rasos. Um deles é que o táxi dá mais segurança ao usuário. Segundo o consultor, qualquer que seja a alternativa que atenda passageiros, é preciso haver regulamentação. São necessários controles para assegurar que os carros estejam em boas condições e que os motoristas tenham ficha limpa, afirma.

— Outra questão que eles citam é o problema do trânsito. Mas pense bem: quem usaria o Uber? Quem usa o táxi ou transporte particular. Para esses, um carro é trocado por outro. Não vejo qualquer impacto no trânsito. Na verdade, algumas pessoas advogam ao contrário. Quanto mais táxis ou carros do Uber em circulação, o trânsito pode melhorar. Os motoristas são mais experientes e reduz-se a procura por estacionamento — acredita.

Apesar de advogar que o foco desse debate é o consumidor, o consultor do Senado admite que haverá perdas

aos taxistas. Ele faz uma comparação com o que aconteceu há bem pouco tempo com as pessoas que alugavam linhas fixas de telefone e perderam essa fonte de renda com a expansão da telefonia.

O consultor lembrou que há dois tipos de taxistas. Um é o motorista; o outro é o dono da licença para a exploração da atividade.

Às vezes é a mesma pessoa. No entanto, segundo Springer, o mais comum é o permissionário arrendar o veículo para condutores que pagam taxas que variam entre R\$ 150 ao dia, em Brasília, e R\$ 200, em São Paulo.

— Esse taxista já começa o dia no prejuízo. Quem está sendo prejudicado pelo Uber? No curto prazo, são os que alugam a licença. Eles têm que pagar o aluguel e terão menos passageiros à disposição — afirma.

Na sequência, com a expansão da oferta, o valor do aluguel tenderá a cair. Aí, na avaliação do consultor, quem vai lucrar menos é o dono da licença.

Alvarás

Na cidade de São Paulo são 34 mil alvarás ativos para o ofício de taxista. A prefeitura municipal não emite novas licenças por acreditar que a frota é suficiente para atender a população. No entanto, segundo a Secretaria Municipal de Transportes, o alvará pode ser transferido, desde que de maneira gratuita.

Apesar da proibição da comercialização das licenças, basta uma rápida pesquisa em sites de anúncios na internet para constatar que o mercado é aquecido.

No site Primeiramão, por exemplo, há a propaganda de um táxi completo à venda. O preço é a combinar. Reportagem do G1 publicada em 2 de setembro informa que desde 2012, a Prefeitura de São Paulo abriu 281 processos sobre venda e aluguel de licenças e cassou 128 alvarás.

Entre uma corrida e outra, o debate entre um taxista e um profissional ligado ao aplicativo

Marcos Naylan é taxista há três meses. Aluga uma licença para poder trabalhar. Vai para as ruas todo dia e conta que está gostando do novo ofício. Rogério Freitas é motorista do Uber desde fevereiro. Atuava em outra área, mas como passava muito tempo longe de casa, mudou de função. Assim como Marcos, diz estar adorando a nova opção de trabalho.

— Os brasileiros estão procurando muito o nosso serviço. Espero que saia uma regulamentação para que a gente possa trabalhar mais sossegado, além de fazer uma parceria com os taxistas. Eu acho que esse é o ponto principal — diz Rogério.

O desejo pela regulação do Uber também é defendido pelo taxista Marcos.

— Investimos tempo e dinheiro. Temos que fazer curso de formação, que é pago e dura até duas semanas. A gente paga o aluguel da licença. Há os custos com a documentação e com o cadastro nos órgãos públicos — conta.

Ele também se queixa do aluguel que tem que depositar todo santo dia na conta do dono do alvará do táxi.

— Ninguém gosta de sair de casa deitando. Nunca é bom. É um aluguel justo? Depende do ponto de vista. O dono da autorização acha que fez investimentos e o motorista entra apenas com a mão de obra. Logicamente que do nosso ponto de vista nunca é justo. A gente trabalha dez horas por dia para conseguir pagar o aluguel — avalia Marcos.

Segundo ele, por causa do Uber, a

autorização para ter um táxi em Brasília passou de R\$ 120 mil há seis meses para R\$ 80 mil agora. Rogério responde que para dirigir os carros que fazem parte da frota do Uber também há exigências custosas. Para começar, o interessado tem que ser dono do veículo.

— Me cobraram um nada-consta atualizado da Polícia Federal e da polícia civil. Além disso, precisamos ter um seguro para os passageiros no valor de R\$ 50 mil. A cada viagem o passageiro faz uma avaliação. Quando não somos bem avaliados, somos retirados da plataforma — diz o motorista do Uber. Para Rogério, é importante que o poder público estabeleça regras claras sobre o serviço. Ele acredita, inclusive, que, com a atividade legalizada, taxistas que alugam licenças poderão ter uma oportunidade a mais de trabalho.

— O Uber é um serviço similar ao táxi, por isso defendo a regulamentação. É, porém, uma tecnologia nova e sempre a tecnologia vai chegar antes das leis.

O taxista Marcos não discorda completamente da existência do Uber. Diz que o interesse maior deve ser o do cliente, mas quer regras e exigências semelhantes para todos. Está ainda preocupado que uma lei federal não abrace as características regionais do Brasil.

— O Brasil é um país continental e é preciso respeitar as diferenças de cada região. O projeto deve ser bem elaborado e bem debatido com todos os envolvidos, inclusive a sociedade.



O taxista Marcos Naylan e o motorista do Uber Rogério Freitas defendem a regulamentação



É possível um consenso entre motoristas do Uber e taxistas? Assista ao vídeo <http://bit.ly/videoUberTaxi>

Saiba mais

Projeto de Ricardo Ferraço
<http://bit.ly/pls530>

Página oficial do aplicativo
www.uber.com

Ação dos taxistas de São Paulo
<http://bit.ly/manifestotaxistas>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Autor do projeto de regulamentação do Uber, Ferraço defende o debate com todos os setores

Pedro Ferraço/Agência Senado



Ana Amélia quer audiência pública sobre o tema e Springer avalia que proibir o Uber é um desserviço

Agência Senado



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Regulação

Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações disse, no Conselho de Comunicação Social do Congresso, que o órgão vai se posicionar sobre o uso do WhatsApp

Concluir digitalização é um dos desafios da Anatel

A CONCLUSÃO DO avanço da banda larga de quarta geração, da digitalização dos meios de comunicação e da migração do rádio AM para o rádio FM são hoje os maiores desafios da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), disse ontem o presidente do órgão regulador, João Batista de Rezende, em audiência pública no Conselho de Comunicação Social do Congresso.

Na avaliação de Rezende, a expansão da banda larga de quarta geração levará a investimentos e à abertura de novos mercados na economia, ampliando a oferta de serviços à população. O processo de digitalização vem desde 2006, a partir da definição do padrão brasileiro de televisão digital, e deverá estar concluído em 2018. A agência ressalta que a maior oferta de serviços de banda larga também abrirá espaço à transição do rádio AM para o rádio FM, que concentra a maioria da audiência nos grandes centros urbanos.

— Há dificuldades nas

transmissões em AM hoje. Estamos trabalhando a questão que envolve preço, o que é discutido pelo Ministério das Comunicações e o Tribunal de Contas da União — afirmou.

No que se refere ao questionamento das operadoras de telefonia quanto ao uso gratuito do WhatsApp, Rezende disse que o aplicativo não é ilegal, e que a Anatel vai se pronunciar sobre a questão.

— Temos que analisar se a utilização do número é con-

corrente. A Anatel vai dar seu posicionamento no momento certo. Mas toda vez que acessado ou voz, o indivíduo está pagando à operadora, há um custo para o usuário quando acessa esse serviço. A questão é um fato e é discutida em outros países, sobre como se faz a tributação nos dois setores. A equalização tributária não depende de regulação econômica. Evidente que isso tem contradições, mas não fugiremos do mundo da internet.



Migração do sinal de rádio AM para FM também foi abordada por Rezende



Ex-senador, Anibal foi relator de avaliação de programa de banda larga

Anibal Diniz vai ser sabatinado para compor diretoria de agência

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) reúne-se amanhã, às 8h30, para sabatar o ex-senador Anibal Diniz, indicado para compor o Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

O relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), destaca que, entre 1999 e 2006, o indicado foi secretário de Comunicação do Acre. Entre 2010 e 2014, Anibal foi senador pelo Acre, período em que foi relator na Comissão de Avaliação do Plano Nacional de Banda Larga.

Para Raupp, a análise do currículo de Anibal

evidencia que a formação acadêmica e o histórico profissional do indicado “o credenciam para ser conduzido ao cargo de membro do Conselho Diretor da Anatel”. Após a sabatina, a comissão retoma seus trabalhos. Consta da pauta a leitura do relatório sobre a indicação do advogado Otávio Luiz Rodrigues Junior para compor o Conselho Diretor da Anatel. O relator da indicação é Elmano Férrer (PTB-PI). A comissão ainda vai apreciar quatro requerimentos que pedem a realização de audiências públicas.

Banda larga pode ser considerada serviço essencial

O acesso à internet em banda larga poderá ser considerado serviço essencial, passando a União a assegurar sua existência, universalização e continuidade. É o que estabelece o Projeto de Lei do Senado (PLS) 431/2014, que pode ser votado na reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) de hoje, às 9h.

O autor, o então senador Anibal Diniz, alega na justificativa da proposta que as

tecnologias de informação e comunicação, incluindo-se a telefonia fixa e móvel, a comunicação de dados e o acesso à internet, passaram a fazer parte do cotidiano de um grande número de pessoas em todo o mundo. Anibal acrescenta que essas tecnologias representam uma das principais ferramentas de inclusão e desenvolvimento social.

O autor também argumenta que a internet permite não

apenas a interação social, mas principalmente o acesso a informações, bens culturais, conhecimentos científicos e serviços públicos e privados.

A proposta faz parte de um conjunto de projetos de lei relacionados ao Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) apresentados por Anibal. Ele foi o responsável por acompanhar na CCT o desenvolvimento do PNBL em 2014.

O relator do projeto na CCT,

Walter Pinheiro (PT-BA), apresentou parecer favorável, com pequenas mudanças de redação. Uma delas explicita que o serviço de acesso à internet em banda larga “será prestado concomitantemente nos regimes público e privado”.

Se aprovada, a proposta poderá seguir diretamente para análise da Câmara, caso não haja pedido de senadores para que o Plenário da Casa vote o projeto antes.

Vanessa: conta de luz no AM tem cobrança suspensa

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) anunciou ontem que a cobrança da conta de luz pelo sistema de bandeira tarifária está suspensa no Amazonas. Liminar concedida pela Justiça suspendeu também a cobrança retroativa aos meses de maio, junho e julho que estava sendo feita à população.

— Foi uma vitória do povo amazonense, porque de maneira nenhuma o povo do meu estado deveria estar sendo penalizado com a cobrança dessa tal bandeira tarifária.



Waldemir Borreto/Agência Senado

Sessão temática sobre crise e desenvolvimento nacional é adiada

Foi adiada a realização da sessão temática no Plenário do Senado para debater o tema “Crise e desenvolvimento nacional”. O encontro ocorreria amanhã e não tem nova data. O debate terá como base as

propostas da comissão criada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, para estudar projetos da Agenda Brasil, conjunto de propostas destinadas a promover a retomada do crescimento do país.

Estão previstos como participantes o ex-ministro e ex-deputado Delfim Netto, o ex-presidente do Banco Central Armínio Fraga e o ex-ministro Máílson da Nóbrega.

Serão convidados repre-

sentantes da Confederação Nacional da Indústria, da Confederação Nacional do Comércio, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil e da Confederação Nacional do Transporte, entre outros.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana
Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão
Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Juiz pede que fraude em cota racial vire crime

Em audiência, diretor da ONG Educafro concordou com necessidade de inclusão do delito no Código Penal e disse que irregularidades afetam concursos públicos, ProUni e Fies

CONVIDADOS DE AUDIÊNCIA pública de ontem na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) sugeriram a tipificação do crime de fraude no sistema de cotas. Conforme afirmaram, têm aumentado os casos de pessoas brancas que se autodeclararam pretas ou pardas para tirar proveito das cotas em concursos públicos, em bolsas de estudo ou em seleções para ingresso em universidades públicas.

— Temos que ter um tipo penal específico para essa questão, para servir de aviso àqueles que querem burlar o sistema de cotas. Precisamos estabelecer critérios rígidos para punir os que fraudarem esse projeto social — sugeriu Paulo Sergio Rangel, desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

O governo é omissivo no enfrentamento do problema, na opinião do frei David Santos, diretor-executivo da Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes (Educafro). A entidade deve apresentar à CDH uma sugestão de projeto de lei para tornar mais rigorosa a punição dos infratores.

— Após registro [da sugestão] na comissão, eu avoco a relatoria, dou parecer favorável e o projeto começa a tramitar em nome da comissão — explicou Paulo Paim (PT-RS), presidente da CDH.

Frei David citou exemplos de

fraudes verificadas em concursos do Itamaraty e da Polícia Federal, no Programa Universidade para Todos (ProUni) e no Programa de Financiamento Estudantil (Fies).

— O índice de fraudes é muito grande. De modo geral, as universidades e os organizadores de concurso público não estão levando a sério a averiguação [da autodeclaração]. É preciso que o governo crie mecanismos para punir os fraudadores e evitar novos casos — defendeu frei David.

Conflitos

A Lei 12.990/2014 estabelece que 20% das vagas nos concursos públicos sejam para candidatos que se declararem pretos ou pardos no ato da inscrição. Não há, no entanto, previsão legal para comprovação da veracidade da declaração e os casos de contestação são cada vez mais frequentes, aumentando a pilha de processos no Judiciário e causando grande prejuízo aos candidatos.

O diplomata Jackson Lima defendeu a adoção de regras complementares à autodeclaração, como a apresentação de foto e a realização de entrevista para os quiserem se beneficiar da política de cotas.

— A verificação de autodeclaração não representa, em hipótese alguma, lesão de direitos — afirmou Lima.

Medidas de verificação também foram consideradas



Frei David mostra reportagem sobre cota para negros, entre o senador Paulo Paim e o desembargador Paulo Rangel

úteis para coibir fraudes na lei de cotas nas universidades públicas (Lei 12.711/2012), que combina critério racial e de renda. Representando a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Ronaldo Barros disse que o governo conseguiu reduzir desvios e ampliar o alcance dessa lei:

— Completamos três anos da Lei 12.711/2012 com 100% de implantação nas universidades e institutos federais e ampliação nas universidades estaduais. Só faltam 15 estaduais para que a gente feche o ciclo completo de implantação das políticas de ação afirmativa no ensino superior.

Ele destacou a ajuda dos movimentos sociais no monitoramento da aplicação das cotas nas universidades públicas e disse que a participação de negros cresceu para 34% do total de estudantes

nessas instituições.

Também participou do debate Mário Theodoro, consultor do Senado e integrante de um grupo que promove campanha para recolher assinaturas para apresentação de um projeto de iniciativa popular para criação de um fundo nacional de combate ao racismo.

Como explicou, o fundo foi retirado do Estatuto da Igualdade Racial por recomendação da equipe econômica do governo na época da tramitação da proposta no Congresso.

Agora, um grupo formado por entidades de todo o país busca reunir 1,5 milhão de assinaturas para dar entrada ao projeto de lei que resgata o fundo, que deverá gerar R\$ 2,4 bilhões de receita até 2020, para ações afirmativas para inclusão da população negra.

Na audiência pública, representantes do Educafro fizeram

a entrega de 30 mil assinaturas em favor do projeto, totalizando 100 mil assinaturas em apoio à criação do fundo.

Livro

Durante a reunião da CDH, Paulo Rangel lançou o livro *Redução da Menor Idade Penal: avanço ou retrocesso social?*, de autoria dele. Como explicou, a obra resulta de pesquisas mostrando que reduzir de 18 anos para 16 anos a idade mínima para imputabilidade penal não garante a redução da violência.

Na visão do autor, a saída para o problema passa pela ampliação das iniciativas em educação, envolvendo não apenas a escola formal, mas também a prática de esportes e o acesso a atividades culturais.

Paim anunciou que fará ainda neste ano uma audiência pública sobre o tema.

Projeto beneficia servidor com filho com deficiência

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) deve votar amanhã projeto de lei (PLS 68/2015) do senador Romário (PSB-RJ) que concede horário especial, sem exigência de compensação de jornada, ao servidor público federal que tenha cônjuge, filho ou dependente com deficiência. O relatório favorável à proposta foi apresentado pelo senador Sérgio Petecão (PSD-AC).

O relator afirma que a compensação de horários atualmente exigida não beneficia a pessoa com deficiência. Para ele, a exigência “dirige-se con-

tra o próprio deficiente”, que precisa de tratamento multiprofissional personalizado, o que torna imprescindível a assistência direta do servidor para que seja assegurado o atendimento.

O projeto original restringe o alcance da medida aos servidores federais que têm cônjuge, filho ou dependente com deficiência física. O relator propõe a incorporação ao texto de duas emendas do senador Paulo Paim (PT-RS) já aprovadas pela Comissão de Direitos Humanos (CDH). Além de ajustar o projeto aos

termos da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, as modificações estendem o direito aos servidores federais que são pais, cônjuges ou responsáveis por pessoas com qualquer tipo de deficiência.

Isonomia

Na justificativa do projeto, Romário aponta violação ao princípio da isonomia pela Lei 8.112/1990. Segundo o senador, enquanto o regime jurídico único dos servidores públicos federais concede horário especial, sem obrigatoriedade de compensação de jornada, ao servidor com deficiência, impõe tratamento distinto ao servidor com filho, cônjuge ou dependente com deficiência. Só deste último, argumenta, é exigida a compensação de eventuais afastamentos, sob pena de sofrer desconto de salário.

Se for aprovado e não houver recurso para votação pelo Plenário do Senado, o PLS 68/2015 será enviado à Câmara dos Deputados.

Elmano Férrer quer ações para minimizar efeitos da seca no Piauí

Preocupado com a seca que atinge a região semiárida do Piauí, Elmano Férrer (PTB-PI) afirmou que a Barragem Petrólio Portela, responsável pelo fornecimento de água para 80 mil pessoas da região de São Raimundo Nonato, está com 10% da capacidade.

O senador, no entanto, reconheceu os avanços obtidos ao longo dos anos, como a construção de barragens e açudes: — Muitas medidas são apenas paliativas e insuficientes para permitir que as pessoas possam conviver com a seca de forma menos sofrida.

Ele sugeriu uma ação conjunta de vários órgãos do governo:

— Que nos unamos numa ação concentrada, liderada pelo Ministério da Integração Nacional, com órgãos como Dnocs, Codevasf, Sudene e a participação efetiva do Banco do Nordeste, do Banco do Brasil, das universidades regionais.



Waldemir Bonetto/Agência Senado

Para Paim, ataque a senegalês mostra que há xenofobia no Brasil

Paulo Paim (PT-RS) quer que as pessoas que atearam fogo a um imigrante senegalês em Santa Maria (RS) sejam punidas. O crime aconteceu no sábado, enquanto o homem dormia na rua.

— Felizmente ele vai sobreviver — disse.

O senador, contudo, lamenta que fatos assim ainda aconteçam no Brasil, lembrando que são crimes típicos de racismo e xenofobia:

— Precisamos ser mais solidários, ter mais fraternidade, amor, solidariedade, respeito entre as pessoas. E também saber respeitar as diferenças.

Paim também chamou a atenção para a crise econômica, política e ética que afeta o país:

— Muitos brasileiros que estavam se sentindo incluídos socialmente, que podiam desfrutar de um nível de renda um pouco melhor, com mais conforto, começaram a ver seu sonho e o seu mundo desmoronarem de um dia para o outro.



Pedro França/Agência Senado

Proposta de autoria de Romário isenta o servidor de compensar jornada

Minério do Amapá pode ajudar país a crescer

Afirmção foi feita por senadores durante a sessão especial que homenageou em Plenário os 72 anos de criação do então território pelo ex-presidente Getúlio Vargas

O AMAPÁ É rico em minérios e pode contribuir muito para o crescimento do país e a melhoria das condições socioeconômicas de milhões de habitantes da região amazônica.

A observação foi feita pelos participantes da sessão em Plenário que homenageou os 72 anos de criação do então território do Amapá, em 1943, pelo ex-presidente Getúlio Vargas.

A iniciativa partiu de Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), que presidiu a sessão. Para o senador, a criação do território foi um marco, que buscou reverter décadas de abandono por parte do governo central.

Porém, ele reclamou que persiste uma visão de distanciamento e falta de prioridade para a região pelo governo federal. Como exemplo, o senador citou a não conclusão da Ponte do Oiapoque e outras obras, além de contratos desvantajosos na área de energia.

Para João Capiberibe (PSB-AP), o Amapá pode ser um contrapeso ao modelo de desenvolvimento nacional, marcado pela dependência externa, a devastação e a exclusão social.

O senador também lembrou que o

Amapá é “mineralizado, talvez algo só comparável a Minas Gerais dentro do nosso território”. O problema, segundo ele, é que a região amazônica como um todo ainda paga o preço de um modelo voltado para as elites do centro-sul.

Capiberibe cobrou da presidente Dilma Rousseff a inauguração da Ponte do Oiapoque.

— Falta muito pouco, a França já fez sua parte e há quatro anos o povo do Amapá aguarda a conclusão do nosso lado — reclama.

O senador lembra que a fronteira com a Guiana Francesa é a maior de um território francófono em todo o mundo, podendo servir para uma maior integração com a União Europeia.

Capiberibe fez questão de mencionar que batalha por contato com as Guianas e o Suriname desde a década de 70, quando fez parte de grupos que combateram a ditadura. Ele lembrou a resistência desses grupos a projetos tecnocráticos do regime, que no seu entender teriam “um alto teor de exploração ambiental e socioeconômica”.

— Se tivessem implantado tudo o que queriam, algumas vezes em parceria



Senadores pelo Amapá, Capiberibe (2º à esq.) e Randolfe (C) solicitaram a homenagem ao estado

com grupos internacionais, seríamos hoje um estado devastado, e não preservado — afirmou.

Capiberibe fez menção às origens históricas da criação de um território próprio ao norte da Amazônia.

— Tal estratégia remete ao período colonial e imperial e fez parte da geopolítica estabelecida pelo marquês de Pombal, sendo relativas à defesa do domínio sobre as riquezas da região.

O senador elogiou o ex-presidente

Getúlio Vargas pelo desmembramento do Amapá do estado do Pará em 1943, oficializando-o como território federal. A partir de 1988, o Amapá foi reconhecido como estado da Federação.

Também participaram da sessão o prefeito de Serra do Navio (AP), José Maria, e o procurador-geral de Justiça do Amapá, Roberto Álvares, além da cantora Hanna Paulino, que fez uma apresentação de canções típicas da tradição popular local.

Comissão aponta arranjos de aéreas para capital estrangeiro

A comissão de especialistas que trabalha na reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA) voltou, ontem, a tratar da participação do capital estrangeiro nas companhias aéreas do país, atualmente limitada em 20%. O objetivo foi ouvir representante da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Fernando Soares Vieira, que responde pela Superintendência de Relações com Empresas.

Vieira falou sobre arranjos societários que, na prática, estão permitindo às empresas ampliar a capitalização externa além do limite legal. Ele explicou que desde 2001 a proporção entre ações ordinárias e preferenciais nas companhias de capital aberto é de 50% para cada espécie. Porém, as empresas entenderam que, para conseguir reforçar a capitalização, principalmente via capital estrangeiro, precisariam ter uma estrutura de capital “não convencional”. No caso, mesmo mantendo a proporção entre ações ordinárias e preferenciais, passaram a garantir vantagens extras às novas emissões de papéis preferenciais.

— Obviamente, quem coloca mais dinheiro na companhia pretende ter maiores dividendos; financeiramente, uma resposta maior — comentou.

Segundo Vieira, a Azul recorreu a esse arranjo há um ano e meio. Alegando à CVM que, em razão das restrições do código, sua estrutura de capital teria que ser diferenciada, promoveu alterações no estatuto. A área técnica da CVM se manifestou de modo contrário, mas a empresa recorreu ao colegiado superior. Por unanimidade, os argumentos foram aceitos e foi concedido o registro como companhia aberta.

— Por questões de mercado, depois a companhia acabou não levando à frente o pedido de registro, mas ficou essa jurisprudência na CVM — assinalou.

A TAM, depois da fusão com a chilena LAN, também obteve novo registro na



Especialistas da comissão ouviram Daniel Cunha (E), da Anac, e Fernando Vieira (D), da CVM

CVM, agora como companhia estrangeira. Mais recentemente, informou Vieira, a Gol seguiu a mesma linha da Azul e fez reestruturação de capital para ampliar a capitalização por meio de investimentos do exterior. Sem problemas, já conseguiu o registro no órgão.

Vieira salientou que, de todo modo, não cabe à CVM dizer se a flexibilização do capital estrangeiro no setor aéreo é ou não uma medida adequada ao país. — Quem não permite que as empresas áreas tenham controle estrangeiro é o CBA e por essa razão elas estão adequando seus estatutos de forma que a área técnica considera “não convencional”, mas que vem sendo acatada pelo colegiado da CVM — destacou.

Abertura de 100%

Em agosto, a comissão de reforma do CBA já havia tratado da participação do capital estrangeiro nas aéreas, quando aprovou relatório parcial sugerindo abertura de 100% do capital das empresas. O presidente da comissão, Georges Ferreira, observou então que o debate continuaria “acalorado”, pois ainda faltam o texto final da comissão e a análise da comissão jurídica, além da revisão da Consultoria do Senado.

— Até lá vamos recomendar o modelo adequado. A comissão vai sugerir. Não haverá consenso — afirmou.

Ao fim do trabalho, o anteprojeto com as sugestões será convertido em

projeto de lei, começando a tramitar na Casa. As alterações vão depender também de aprovação da Câmara dos Deputados.

Também participou da reunião Daniel Alves da Cunha, especialista da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Ele participa de grupo de estudos de análise de risco associada a novas medidas de flexibilização da regulamentação de aeroportos. Segundo Cunha, é possível avançar na desburocratização de aeródromos de menor movimento operacional e assim reduzir custos. Isso poderá contribuir para viabilizar a atividade, com a atração de empresas.

— Quanto menor o movimento desses aeroportos, menor o risco, e não justifica implementar normativa muito pesada. Estamos balanceando as ações da agência em função do nível de risco atrelado a esses aeroportos — justificou.

Segundo ele, a tradição dos regulamentos era a linearidade, sem considerar o padrão de risco. Citou como exemplo a exigência de carros de bombeiros, dizendo que é custo desnecessário em aeroportos com ausência ou incidência baixa de problemas.

— É um processo que vai acontecendo paulatinamente. Não tem como a gente sair da regulamentação de antes para outra perfeita, de uma hora para outra. Trata-se de uma evolução que estamos promovendo e que é baseada em análise de risco.

Intolerância religiosa ao candomblé vai ser discutida amanhã

Recentes casos de intolerância contra adeptos do candomblé serão tratados em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e (CDH). A audiência, marcada para amanhã, às 9h, vai analisar as perseguições contra praticantes de religiões de matriz africana.

No último final de semana, dois terreiros de candomblé foram incendiados no Entorno do Distrito Federal. Outro caso foi registrado em junho, quando uma menina de 11 anos foi agredida com uma pedrada na cabeça quando usava as roupas brancas do candomblé. Os agressores gritavam “Sai, Satanás, queima! Vocês vão para o inferno”.

Foram convidados o babalorixá Joel de Oxaguiã, a mãe Railda, o babá Adailton de Ogum e o babalorixá Pecê de Oxumaré. Também devem participar o diretor-executivo da Educafro, frei David Santos, além de representantes da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

CPI do Futebol cancela audiência pública hoje

A CPI do Futebol cancelou a audiência pública que estava marcada para hoje e que contaria com a presença de ex-jogadores e integrantes do movimento Bom Senso Futebol Clube.